

PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PELO MUNDO: PRESERVAÇÃO DA SAÚDE FÍSICA E COGNITIVA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

João Roberto Maiellaro

1. INTRODUÇÃO

A maioria das nações despende esforços em alimentação escolar. Baseando-se em pesquisa realizada em 169 países, estima-se que 368 milhões de crianças são alimentadas diariamente nas escolas e o potencial investimento anual está entre 47 e 75 bilhões de dólares. A maior parte desse investimento é previsto em orçamentos governamentais (WFP, 2013). Esses dados não levam em consideração países em que a saúde, o acompanhamento médico e muitos outros controles são adotados, entre os quais a alimentação saudável servida nas escolas, especialmente aquelas voltadas à infância e adolescência.

As escolas costumam ser em tempo integral e nela o aluno recebe todos os cuidados para sua formação física e psicológica em consonância com os valores, costumes e tradições desses países. Em espaços amplos para práticas esportivas (quadras, piscinas), estudos (bibliotecas, laboratório), convivência (restaurante, teatro, espaço para exposições) para que o futuro cidadão traga o melhor retorno possível ao país. Os custos com alimentação já estão embutidos no pacote que é bancado pelas famílias ou na forma de benefícios concedidos pelos governos em função dos impostos arrecadados.

Somente em países considerados de renda baixa e média, cerca de metade dos alunos do mundo recebem refeições diárias na escola. Há estimativas e estudos demonstrando que na Índia são alimentadas mais de 100 milhões de crianças; no Brasil 48 milhões; na China 44 milhões e na África do Sul e Nigéria mais de 9 milhões em cada país. Nos últimos anos, houve crescente consenso global de que programas de alimentação escolar geram impacto duradouro no progresso das nações,

Independentemente dos níveis de desenvolvimento humano da população e dos diferentes perfis sociodemográficos, deve haver intenso engajamento do poder público, de empresas, de organizações não governamentais e da sociedade em geral, no planejamento orçamentário, na implantação de políticas e no acompanhamento de operações que envolvem critérios e formatos dos Programas de Alimentação Escolar.

Infelizmente, dificuldades presentes de forma mais intensa entre os países pobres, em que direitos ganham conotação de caridade, os mais aquinhoados pelo poder público, empresas, pessoas e funcionários são os que menos se identificam com os reflexos futuros de gerações malformadas física e cognitivamente. A falta de engajamento das forças ativas da sociedade na busca de melhorias futuras por meio das novas gerações fica completamente comprometida.

É fundamental o envolvimento da academia, por meio da elaboração de estudos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento, como engenharias de produção, de alimentos e agronomia; área de saúde e medicina, como pediatria e gastroenterologia; administração pública e direito público; psicologia; pedagogia e nutrição e outras áreas que tragam contribuições conceituais e pragmáticas.

As universidades brasileiras de boa reputação são em sua maioria públicas. Gozam de reputação e de prestígio interno, externo e respeito da sociedade. Nelas, o ensino é gratuito. A sua colaboração é imperiosa para essa causa da alimentação escolar na procura de orientação que melhore a escolaridade, potencializando o desenvolvimento soberano do país.

Programas de Alimentação Escolar devem constituir políticas de estado sólidas e perenes. A importância da alimentação escolar transcende a mera ingestão de refeições porque envolve temas fundamentais de saúde, de segurança alimentar, econômicas, sociais e educacionais. A Tabela 1 mostra a ampla gama de impactos potenciais e possíveis contribuições dos Programas de Alimentação Escolar.

Tabela 1 – Impactos potenciais dos Programas de Alimentação Escolar

Saúde	Saúde pública preventiva na idade adulta pela educação sobre alimentação saudável e nutrição Prevenção de patologias, como obesidade e diabetes na infância
Desenvolvimento humano	Segurança alimentar Combate à fome Redução da pobreza
Desenvolvimento econômico e regional	Distribuição de renda Fomento à agricultura familiar Fortalecimento de economias locais
Cultura, Cidadania e Sociedade	Consolidação da identidade e cultura pela valorização dos alimentos locais Engajamento e participação social em Conselhos de Alimentação Escolar
Indicadores educacionais	Assiduidade discente Indicadores de desempenho educacionais Melhoria cognitiva

2. A FOME E A INSEGURANÇA ALIMENTAR

Danos infligidos por experiências passadas de insegurança alimentar podem persistir por muito tempo e sobrecarregar a sociedade à medida que condena pessoas a conviverem com problemas de saúde ao longo da vida. A fase adulta pode trazer risco de desenvolver doenças físicas e cognitivas, o que pode aumentar gastos médicos futuros e oferecer desafios significativos para a sociedade (CUI; SMITH; ZHAO, 2020).

O simples fato de haver milhões de pessoas que passam fome ou sofrem com insegurança alimentar justifica os esforços em Programas de Alimentação Escolar. A abrangência e a continuidade dos programas podem abrandar as dificuldades globais em se garantir o direito à alimentação, ampliando o acesso à saúde e à dignidade humana.

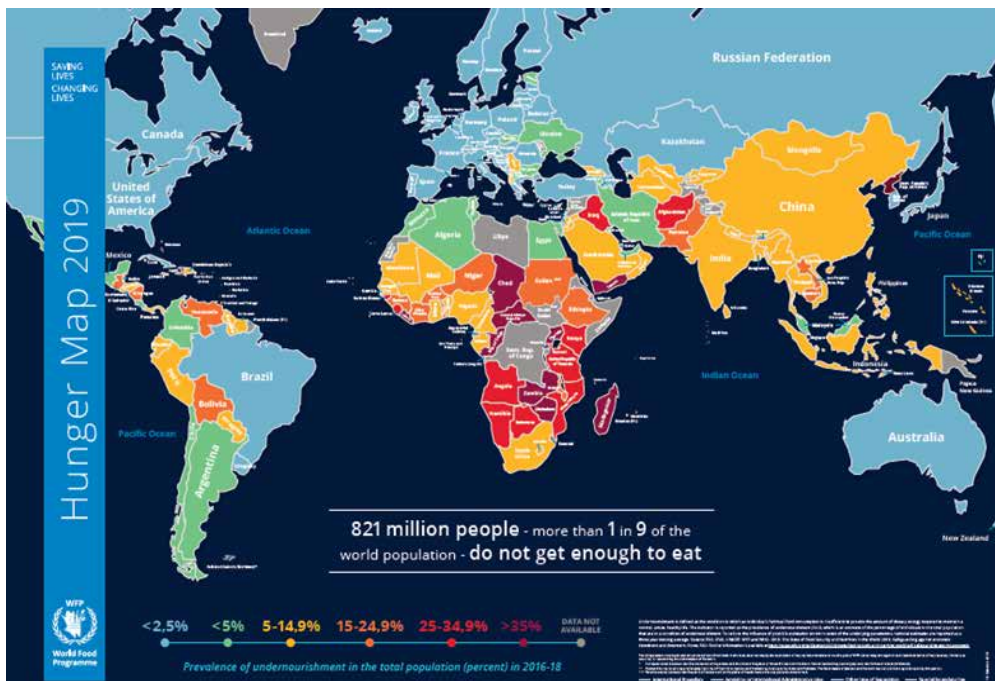
Diariamente, homens e mulheres em todo o planeta enfrentam dificuldades para se alimentar e alimentar seus filhos. Em um mundo em que se produz comida suficiente para nutrir toda a população, 821 milhões pessoas – uma em cada

nove – ainda não têm acesso à alimentação. Uma em cada três pessoas sofre de alguma forma de desnutrição (WFP, 2019a).

O Mapa da Fome (Hunger Map) da *World Food Programme* retrata a desnutrição na população dos países no período entre 2016 e 2018. Mais de 1 em cada 9 pessoas não têm o suficiente para comer.

A Figura 1 mostra o Mapa da Fome (WFP, 2019b).

Figura 1 - Mapa da Fome



Fonte: WFP, 2019b.

A Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável definiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estão contempladas metas para até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, incluindo crianças, a alimentos seguros e nutritivos e suficientes durante todo o ano; acabar com a desnutrição e atingir até 2025 as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade (ONU, 2015). Dentre os 17 ODS, os objetivos 1, 2, 4 e 10 tem relação direta com a alimentação escolar (Figura 2).

Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: BRASIL, 2019.

3. AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: HOME GROWN SCHOOL FEEDING (HGSF)

A globalização afetou cadeias de fornecimento de alimentos. Houve expansão de um modelo de agricultura baseado em monoculturas de grande escala, afetando pequenos e médios produtores e contribuindo para o êxodo e a pobreza rural. Países devem definir políticas agrícolas que garantam fornecimento de alimentos por meio da produção local, incentivando o consumo a partir da venda direta para os consumidores.

Programas de alimentação escolar, presentes em diferentes países, promovem a alimentação saudável por meio dessa perspectiva. Exemplos são vistos nos Estados Unidos, Gana, Indonésia, Brasil, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Níger, Senegal, Etiópia, Moçambique e Malawi (SOARES et al., 2017).

Programas de alimentação escolar que operam em número planejado de dias por ano, com alimentos predeterminados, provendo oportunidades para a agricultura local, gerando demanda estável e previsível, são a base conceitual dos programas *Home Grown School Feeding*, frequentemente referenciados pela sigla HGSF (BUNDY, 2011; CASEY; COMMANDEUR, 2016; HGSF, 2014).

Países com economias de baixa e média renda entendem cada vez mais programas HGSF como oportunidades para melhorar os meios de subsistência dos pequenos agricultores e das comunidades locais e para fortalecer a relação entre nutrição, agricultura e proteção social (FAO, 2019; HGSF, 2019).

Programas de alimentação escolar buscam objetivos educacionais, de proteção social e nutricional, ou a combinação desses. Os programas HGSF também geram benefícios adicionais, não só para os alunos e seus domicílios, mas também para os agricultores que fornecem os alimentos, para as comunidades locais e para outras

partes interessadas (Food and Agriculture Organization of the United Nations & World Food Programme, 2018).

A Figura 3 mostra os benefícios dos programas HGSF comparados com os programas de alimentação escolar tradicionais. Por meio da vinculação da alimentação escolar à agricultura familiar, os programas HGSF contribuem para acelerar o progresso do objetivo sustentável 2 da Agenda 2030 adotada pelas Nações Unidas e também contribuem com os objetivos 1 na erradicação da pobreza, 4 na qualidade da educação, 5 na igualdade de gênero, 8 na melhoria das condições de trabalho e crescimento da economia, 10 na redução das desigualdades e 17 nas parcerias (ONU, 2015; WFP, 2017a).

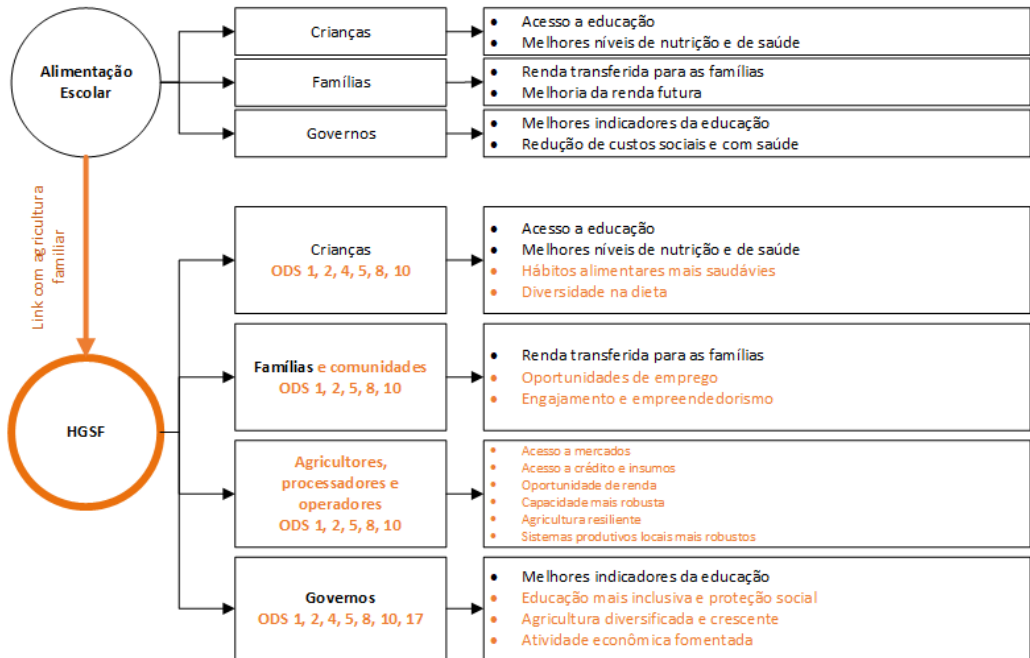
Quando os programas nacionais de HGSF foram estabelecidos, surgiram demandas estruturadas e previsíveis para produtos da agricultura local, mas, na prática, os pequenos agricultores não conseguiram acesso aos programas com o alcance previsto e desejado (MAIJERS & NALLA, 2014).

Pequenos agricultores enfrentam desafios no acesso ao mercado de alimentação escolar. Uma gama de atividades de apoio à agricultura destinadas a melhorar o fornecimento de alimentos dos pequenos agricultores tem sido utilizada no âmbito dos programas de HGSF, mitigando os vários desafios encontrados (CASEY & COMMANDEUR, 2016).

Exemplos de HGSF são vistos ao redor do planeta. Em 2005, o Presidente Olusegun Obasanjo da Nigéria lançou o *Home Grown School Feeding and Health Programme* (HGSHP). O programa nacional de alimentação escolar traz na sua denominação o termo *Home Grown* contribuindo com o *Universal Basic Education Programme* do país (AGBON et al., 2012).

O HGSFHP busca fornecer alimentos cultivados localmente por pequenos agricultores. Os objetivos do programa são declarados como melhorar o número de matrículas e taxas de conclusão, melhorar os níveis de nutrição e da saúde das crianças, fomentar as atividades agrícolas locais, criação de empregos e melhoria da economia familiar e estatal (NHGSFP, 2019).

Figura 3 – Benefícios dos programas HGSF



Fonte: WFP, 2017a.

4. PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNDO

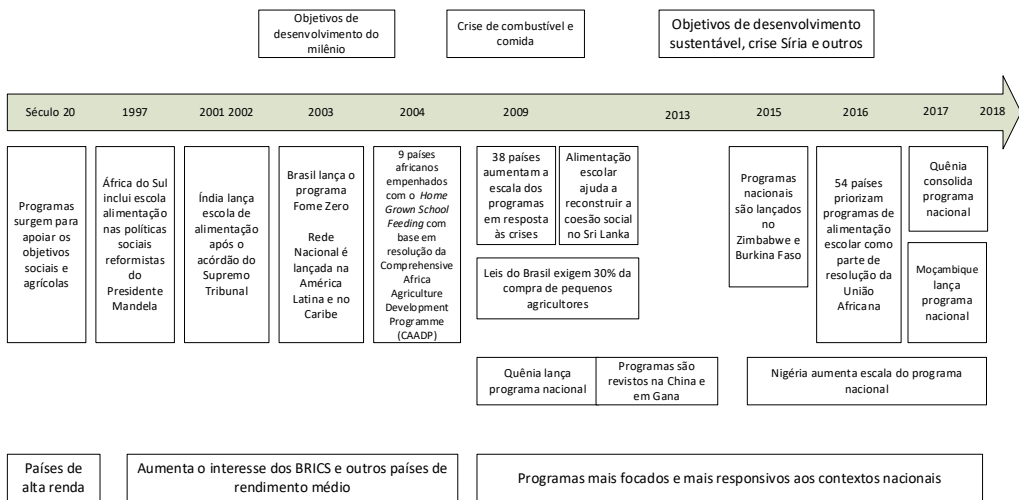
Programas de alimentação escolar são ações difundidas por diversas nações no mundo, com diferentes formatos e abrangências. O *Indian Midday Meal Scheme* é considerado o maior programa de alimentação do planeta, com alcance de mais de 100 milhões de crianças diariamente na Índia.

O fornecimento de refeições nas escolas ampara os alunos matriculados e promove a assiduidade. A alimentação legitima o aluno como membro da comunidade escolar e com o sentimento de pertencimento amplia sua motivação para comparecer todos os dias à escola. Programas de alimentação escolar buscam amenizar os efeitos negativos que a fome traz para o processo de aprendizagem. Crianças famintas têm menor energia e habilidades de pensamento são afetadas, gerando déficit de concentração. A fome impede que crianças pobres ou famintas tenham direito à educação e é um dos principais alvos de programa de alimentação escolar (IDDRISU et al., 2019).

As crises financeiras, de alimentos e do petróleo, que se iniciaram em 2008, culminaram em mudanças na visão do papel da alimentação escolar dentro da

comunidade desenvolvimentista, com maior reconhecimento de que Programas de Alimentação Escolar geram benefícios nos setores de saúde, educação, social e agricultura. A Figura 4 traz os principais marcos nessa mudança de paradigma (BUNDY et al., 2018).

Figura 4 – Evolução dos Programas de Alimentação Escolar



Fonte: BUNDY et al., 2018

O *Centre of Excellence against Hunger* foi lançado em conjunto com Programa Mundial de Alimentos e no Brasil em 2011, para ser o principal fórum da *South-South cooperation* no combate à fome e à desnutrição. O centro baseia-se na experiência brasileira para compartilhar conhecimento e inovações políticas entre os países em desenvolvimento, focando-se na vinculação dos programas de alimentação escolar à agricultura local (WFP, 2019a).

Países africanos têm procurado ampliar programas de alimentação escolar baseados na experiência do Brasil, que reduziu os impactos da pobreza por meio da alimentação escolar. O Brasil é considerado modelo em todo o mundo na implementação do programa de alimentação escolar sem interferência política (IDDRISU et al., 2019; SONNINO; LOZANO TORRES; SCHNEIDER, 2014).

Há longa tradição de programas de alimentação escolar na América Latina e Caribe (Figura 5). Todos os países da região implementaram programas nacionais de alimentação escolar, com exceção de Belize. Os programas mexicano, costa-riquenho e colombiano estão entre os mais antigos do mundo. Outros, como os programas da Bolívia, do Chile, do Haiti, de Honduras e da Guatemala têm suas origens em meados do século XX.

O Paraguai iniciou o programa com pequena escala em 1995 e o novo programa nacional lançado em 2014 atingiu, segundo estimativas, 95% dos alunos da educação básica em 2016 (WFP, 2017b). Os Programas de Alimentação Escolar na América Latina tiveram início no começo do século XX, com o programa Uruguaio. Brasil, Argentina e Chile criaram seus programas no início das décadas de 1950 e 1960 (LOPES et al., 2017).

Figura 5 – Programas de Alimentação Escolar na América Latina



Fonte: WFP, 2017b.

Dados históricos sobre o número de alunos atendidos na América Latina são mostrados na Tabela 2 (WFP, 2017b)

Tabela 2 – Dados sobre Programas de Alimentação Escolar na América Latina

País	Alunos	Ano
Brasil	41.500.000	2015
México	6.357.712	2015
Colômbia	4.029.869	2015
Peru	3.537.460	2015

Equador	2.873.148	2015
Guatemala	2.535.116	2015
Bolívia	2.383.408	2013
República Dominicana	1.739.355	2016
Chile	1.620.586	2015
Honduras	1.337.830	2015
El Salvador	1.300.000	2016
Nicarágua	1.200.000	2015
Paraguai	1.085.942	2014
Haiti	876.000	2015
Cuba	827.070	2015
Panamá	499.137	2015

Fonte: WFP, 2017b.

No mundo, há Programas de Alimentação Escolar reconhecidos pelo alcance em número de alunos beneficiados, pelas boas práticas de governança e pelos critérios de excelência em termos sociais e nutricionais.

O *Indian Midday Meal Program* foi introduzido em 1925 para apoio social às crianças menos favorecidas na *Madras Municipal Corporation*. A Índia tem uma das maiores populações infantis e metade pertence a famílias economicamente empobrecidas, que não têm acesso a serviços de saúde e de educação privada. Para garantir nutrição às crianças e universalização da educação, a Índia iniciou o fornecimento da “refeição do meio-dia” na década de 1960.

De acordo com estudos, 42,55% das crianças menores de 5 anos estão abaixo do peso na Índia, país em que mais de 200 milhões de pessoas passam fome. É a maior população com insegurança alimentar do mundo. A desnutrição infantil da Índia é maior do que a maioria dos países da África Subsaariana. Relatório divulgado como parte do índice global de fome de 2017 classifica a Índia em 65º dentre 84 países no ranking da desnutrição (BAI; SAVARAIHAH, 2019).

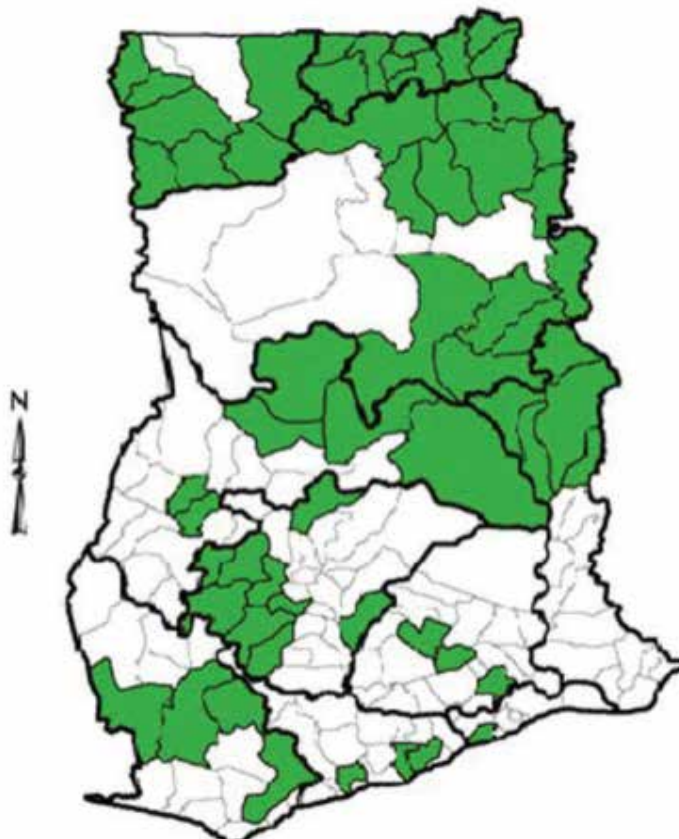
Outro exemplo de Programa de Alimentação de Escolar de Gana de alto impacto e influência é o *Ghana School Feeding Programme*. O programa do país africano tem a colaboração da *World Food Programme* (WFP), *Partnership for Child Development* (PCD) e da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNICEF). Também colaboram com o programa a *Canadian*

International Development Agency (CIDA), a US Agency for International Development (USAID) e a Dutch Embassy (ZANEY, 2019).

A Figura 6 mostra os distritos atendidos pelo programa de alimentação escolar de Gana no período 2014/2015 representados pela cor escura do mapa (WFP, 2017a). Nota-se que boa parte do país ainda não é beneficiada com o programa.

A Tabela 3 mostra o alcance do programa por distrito do país (IDDRISU et al., 2019). Os dados mostram que há grande variação de alcance percentual dos alunos beneficiados no período estudado entre os diferentes distritos de Gana.

Figura 6 – Distritos atendidos pelo *Ghana School Feeding Programme*



Fonte: HGSE, 2016.

Tabela 3 – Dados sobre a abrangência do Ghana School Feeding Programme

Região	Alunos da educação básica	Percentual de alunos beneficiados	Alunos beneficiados
Ashanti	727.659	43,57	335.293
Brong Ahafo	494.033	37,28	194.074
Central	424.567	21	88.229
Eastern	472.299	24,28	118.388
Greater Accra	316.726	59,72	193.439
Northern	578.106	31,33	203.679
Upper East	263.234	56,67	159.882
Upper West	183.141	90,43	176.587
Volta	406.637	28,59	125.345
Western	498.208	27,21	133.765

Fonte: IDDRISU et al., 2019.

5. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é umas das políticas públicas mais antigas e mais duradouras. Apenas a Índia provê número maior de refeições em escolas, sendo o segundo maior programa de alimentação escolar do mundo (HGSF, 2016; NOGUEIRA et al., 2016; WFP, 2017b). Dentre as ações governamentais do governo federal brasileiro para se garantir a segurança alimentar, o PNAE é uma das mais impactantes (BERCHIN et al., 2019).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é uma autarquia federal responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). O FNDE promove repasses de recursos para estados e municípios por meio dos programas ativos de Alimentação Escolar, Livros Didáticos, Dinheiro Direto na Escola, Biblioteca da Escola, Transporte Escolar, Caminho da Escola, e Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (FNDE, 2019a).

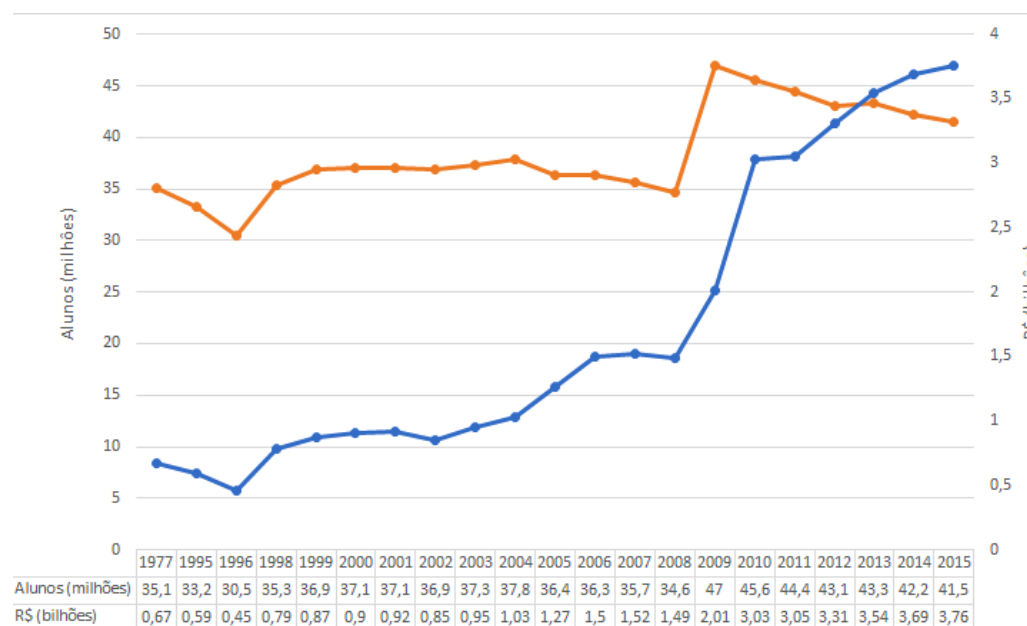
Do total de recursos transferidos pelo FNDE por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, pelo menos 30% devem ser utilizados na compra de alimentos da agricultura familiar, seja diretamente dos agricultores ou de seus representantes (BRASIL, 2009). De acordo com as recomendações do FNDE, o cardápio da alimentação escolar deve ser programado para atender a pelo menos

20% do valor nutricional das necessidades diárias. É meta do PNAE que se garanta em média, 300 kcal e 9,4 g de proteínas (NOGUEIRA et al., 2016).

O PNAE tem como princípio prover alimentação durante 200 dias letivos por ano a alunos de escolas públicas federais, estaduais, municipais e distritais, creches, pré-escolas, escolas primárias, escolas secundárias, escolas para jovens e adultos, instituições de caridade, escolas ligadas a igrejas, e escolas comunitárias (NOGUEIRA et al., 2016).

Em 2015, o número de municípios atendidos pelo PNAE foi 5.262 (FNDE, 2017b) do total de 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2019). A abrangência do PNAE, portanto, é de aproximadamente 95% do total de cidades brasileiras. A Figura 7 traz dados sobre o número de alunos atendidos e o investimento do PNAE entre os anos de 1977 e 2015.

Figura 7 – Alunos atendidos e investimentos do PNAE



Fonte: FNDE, 2017b.

Para serem considerados ativos no PNAE, os agricultores familiares devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os agricultores podem participar de forma individual ou organizados em grupos informais, com a DAP física, ou por meio de organizações formais, como associações e cooperativas com a DAP jurídica (FNDE, 2016).

Ao longo da última década, o Brasil construiu parceria com o Centro de Excelência contra a Fome e com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Os projetos da cooperação South-South são baseados na troca de experiências entre nações, e envolvem 33 países da África e 13 países da América Latina e Caribe. O Dia Africano da Alimentação Escolar foi estabelecido em 2016 após visita da delegação da União Africana ao Brasil para conhecer a abordagem do Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE, 2019b). A Tabela 4 traz os principais eventos que consolidaram o PNAE no Brasil.

Tabela 4 – Cronologia do PNAE

1955	Campanha da Merenda Escolar é instituída
1960	Provisão de refeições completas para estudantes
1979	O PNAE é instituído
1980	Descentralização da provisão de merenda pelo PNAE
1988	Promulgação da Constituição Federal torna PNAE política de Estado
2001	Regulação prevê que pelo menos 70% dos recursos transferidos pelo FNDE adquiram produtos levando em consideração hábitos regionais alimentares
2009	Lei 11947 estabelece diretrizes para alimentação escolar e conexão entre o PNAE e a agricultura familiar é regulamentada
2013	Resolução do FNDE estabelece diretrizes para refeições para o ensino fundamental por meio do PNAE e a participação da agricultura familiar é ampliada

Fonte: NOGUEIRA et al., 2016.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Programas de Alimentação Escolar estão difundidos em várias nações. A importância transcendental à alimentação de alunos, com ganhos potenciais em várias áreas, torna a discussão em torno desses programas extremamente ampla e extraordinariamente complexa, sobretudo no âmbito do pensamento científico e da pesquisa.

Dentre a vasta gama de ganhos potenciais que Programas de Alimentação Escolar proporcionam, ressaltam-se a redução da fome e da insegurança alimentar e a prevenção de doenças, como obesidade e diabetes na infância. Esses dois fatores,

dentre os vários comentados neste capítulo e ao longo deste livro, legitimam a relevância da alimentação escolar como ações absolutamente mandatórias, com evidências da necessidade de alto nível de controle e governança pública.

Grandes esforços são despendidos globalmente. São constatados números impressionantes como os demonstrados pelo *Indian Midday Meal Scheme*, que fornece refeições para mais de 100 milhões de crianças diariamente, e que tornam o programa indiano o maior do planeta. Estima-se que aproximadamente 370 milhões de alunos sejam beneficiados pela alimentação escolar.

Programas de Alimentação Escolar baseados nos conceitos de *Home Grown School Feeding* são fundamentais para que os múltiplos resultados sejam alcançados.

O PNAE é pioneiro na adoção de obrigatoriedade legal de incluir alimentos comprados da agricultura familiar na alimentação escolar, transformando-se em referência marcante no mundo. Entretanto, dados de 2016 do FNDE mostram que apenas a metade dos municípios que receberam repasses do PNAE, destinaram 30% ou mais para a compra de produtos de agricultores familiares. A média no mesmo ano foi de aproximadamente 12% do total das verbas do PNAE destinados à agricultura familiar (FNDE, 2017a), indicando um longo caminho a ser percorrido.

Agricultores familiares necessitam de apoio dos governos locais em capacitação e nas operações logísticas, devem sentir segurança jurídica na adesão ao PNAE e devem receber valores de mercado. Nesse contexto, o cooperativismo e o associativismo desempenham papel preponderante. Há de se ressaltar que não é raro encontrar resistência de pequenos produtores à iniciativa de se cooperar ou participar de associações.

REFERÊNCIAS

BAI, M. M. N.; SAVARAI AH, P. G. Mid- Day Meal Programme: Primary Education Issues In Andhra Pradesh. *Journal of the Gujarat Research Society*, v. 21, n. 16, p. 2311–2316, 31 dez. 2019.

BERCHIN, I. I. *et al.* The contributions of public policies for strengthening family farming and increasing food security: The case of Brazil. *Land Use Policy*, v. 82, p. 573–584, 1 mar. 2019.

BRASIL. L11947. Governo Federal do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Governo Federal do Brasil. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 1 abr. 2019.

BUNDY, D. A. P. Rethinking School Health: A Key Component of Education for All. [s.l.] World Bank Publications, 2011.

BUNDY, D. A. P. *et al.* Re-Imagining School Feeding: A High-Return Investment in Human Capital and Local Economies. *Child and Adolescent Health and Development*. v. 8, n. 3, p. 356, 2018.

CASEY, K.; COMMANDEUR, D. Supplier Development for Inclusive School Feeding Procurement. SNV, n. PROCUREMENT GOVERNANCE FOR HOME GROWN SCHOOL FEEDING PROJECT LEARNING SERIES, p. 22, 2016.

CUI, H.; SMITH, J. P.; ZHAO, Y. Early-life deprivation and health outcomes in adulthood: Evidence from childhood hunger episodes of middle-aged and elderly Chinese. *Journal of Development Economics*, v. 143, p. 102417, 1 mar. 2020.

FAO. Agricultural Development Economics: Smallholder family farms. Disponível em: <http://www.fao.org/economic/esa/esa-activities/smallholders/en/>. Acesso em: 23 mar. 2019.

FNDE. Publicações - Alimentação Escolar - Portal do FNDE. Governo Federal do Brasil. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacao-escolar>. Acesso em: 6 maio 2019.

FNDE. Publicações - Dados da Agricultura Familiar - Portal do FNDE. Governo Federal do Brasil. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/206-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 15 maio 2019a.

FNDE, A. DE C. S. DO. Sobre o Pnae - Portal do FNDE. governamental. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>. Acesso em: 7 dez. 2017b.

FNDE, A. DE C. S. DO. História - Portal do FNDE. governamental. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 23 mar. 2019a.

FNDE, A. DE C. S. DO. Programa de alimentação escolar brasileiro inspira evento africano sobre o tema - Portal do FNDE. governamental. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/>

noticias/item/12679-programa-de-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-brasileiro-inspira-evento-africano-sobre-o-tema. Acesso em: 3 abr. 2019b.

HGSF. Document Details | Omeals Snap Shot July 2014. Disponível em: http://www.hgsf-global.org/en/bank/downloads/doc_details/433-omeals-snap-shot-july-2014. Acesso em: 2 abr. 2019.

HGSF. Document Details | Enhancing Linkages: The School Meals Planner Package in Ghana. ONG. Disponível em: http://hgsf-global.org/en/bank/downloads/doc_details/480-enhancing-linkages-the-school-meals-planner-package-in-ghana. Acesso em: 31 mar. 2019.

HGSF. What is HGSF? ONG. Disponível em: <http://hgsf-global.org/en/what-is-hgsf->. Acesso em: 31 mar. 2019.

IBGE. IBGE Cidades. Governo Federal do Brasil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 8 maio 2019.

IDDRISU, I. *et al.* School feeding as a social protection programme or a political largesse: a review. *International Journal of Comparative Education and Development*, v. 21, n. 1, p. 16–30, 7 jan. 2019.

LOPES, I. D. *et al.* ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA BOLÍVIA E DO BRASIL. *Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*, v. 0, n. 0, 9 out. 2017.

NOGUEIRA, R. M. *et al.* Sixty years of the National Food Program in Brazil. *Revista de Nutrição*, v. 29, n. 2, p. 253–267, abr. 2016.

ONU. Agenda 2030. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 1 abr. 2019.

SOARES, P. *et al.* Using local family farm products for school feeding programmes: effect on school menus. *British Food Journal*, v. 119, n. 6, p. 1289–1300, 6 abr. 2017.

SONNINO, R.; LOZANO TORRES, C.; SCHNEIDER, S. Reflexive governance for food security: The example of school feeding in Brazil. *Journal of Rural Studies*, v. 36, n. Supplement C, p. 1–12, 1 out. 2014.

WFP. 2013 - State of School Feeding Worldwide | World Food Programme. Humanitarian Organization. Disponível em: <https://www1.wfp.org/publications/state-school-feeding-worldwide-2013>. Acesso em: 11 fev. 2019.

WFP. 2017 - How school meals contribute to the SDGs | World Food Programme. United Nations. Disponível em: <https://www1.wfp.org/publications/2016-how-school-meals-contribute-sdgs>. Acesso em: 1 abr. 2019a.

WFP. 2017 - Smart school meals - Nutrition-sensitive national programmes in Latin America and the Caribbean | World Food Programme. Disponível em: <https://www1.wfp.org/publications/smart-school-meals-nutrition-sensitive-national-programmes-latin-america-and-caribbean>. Acesso em: 1 abr. 2019b.

WFP. Centre of Excellence against Hunger in Brazil - World Food Programme. Nações Unidas. Disponível em: <https://www1.wfp.org/centre-of-excellence-against-hunger>. Acesso em: 3 abr. 2019a.

WFP. 2019 - Hunger Map | World Food Programme. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/2019-hunger-map>. Acesso em: 16 maio 2020b.

ZANEY, G. D. Overcoming the implementation challenges of the Ghana School Feeding Programme-SEND-Ghana's view - Government of Ghana. governmental. Disponível em: <http://www.ghana.gov.gh/index.php/media-center/features/3630-overcoming-implementation-challenges-of-the-ghana-school-feeding-programme-send-ghana-s-view>. Acesso em: 31 mar. 2019.